

FORMAÇÃO DA FRENTE ÚNICA PAULISTA

O Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo vêm anunciar aos seus correligionários, aos seus conterrâneos e a quantos aqui colaboram no desenvolvimento de nossa grandeza moral e econômica, que está feita a união sagrada dos paulistas em torno dos dois problemas que envolvem todas as nossas esperanças e destinos: a pronta reconstitucionalização do país e a restituição a São Paulo da autonomia de que há dezesseis meses se acha esbulhado. É a confluência em uma só frente, em um só pensamento, em uma só atividade das duas grandes agremiações que se digladiavam na defesa dos interesses coletivos, assim como dos vários matizes políticos e associações de classe, que acodem ao nosso apelo e vêm vibrar conosco no mesmo brado pela Pátria e pelo Estado. É a conjugação de todas as correntes dispersas ou discordantes, que se fraternizam em uma única diretriz e disciplina, animadas de sentimentos da mais absoluta cordura, lealdade e impavidez.

É uma aliança sincera, que só há de repousar ou dissolver quando houvermos atingido e plenamente assegurado o duplo e supremo escopo que nos congrega. Obedecemos aos votos e desejos generalizados de nossos conterrâneos, expressos na voz de seus órgãos legítimos, manifestados por toda parte, pela tribuna, pela imprensa, nos comícios solenes e, até, mesmo no recesso dos lares. Cedemos à força irresistível da opinião pública; cedemos contentes e resolutos. Cumpre-nos conjurar por um esforço comum, o perigo que corremos na ordem federal e remir São Paulo das aflições que o vêm atormentando. Por um lado, é a ameaça da procrastinação indefinida da ditadura e, acima do predomínio no código fundamental do país de idéias, não só visceralmente incompatíveis com as tradições democráticas, consciência e cultura da Nação senão também atentatórias da segurança, direitos e progresso econômico de São Paulo. Por outro, são as dores desta soberba Unidade da Federação, usurpada na faculdade inalienável de se governar, talada na opulência de suas riquezas, destroçada na organização de seus serviços públicos. São Paulo, martirizado nunca poderia perdoar aos seus filhos manterem-se desunidos ante tantos perigos e infortúnios. Tréguas, pois, para as lutas estéreis; tréguas para as discórdias de irmãos; a hora não é de dissídios e rivalidades. Os componentes da Frente Única Paulista mantêm integralmente os seus programas de atividade cívica e quadros partidários, tanto como a autonomia e prerrogativas dos respectivos diretórios e organizações; mas recolhem-se, neste passo de nossa história, à sombra da mesma bandeira, conjugando suas aspirações e esforços com lealdade e dedicação, em prol do retorno do Brasil à ordem constitucional e da imprescindível autonomia de nosso Estado. Estes dois objetivos máximos devem absorver, por enquanto, todos os outros, sem deixar espaço para ressentimentos pessoais, para preocupações subalternas ou

para temas de menor importância. Concentrados na realização dessa dupla finalidade, nenhum dos componentes da Frente Única modificará a sua atitude de completo afastamento da direção administrativa e o seu fraco antagonismo a todas as situações que promovam a imediata reintegração do país na órbita da legalidade. Os filhos de Piratininga nunca andaram apartados nos lances da adversidade. Nada há agora que nos separe. A luta entre nós, neste momento, seria uma como querela de família em hora de trevas e opróbrios. Ponhamo-nos à altura do papel que sempre nos coube no cenário nacional. Unidos, patentearmos aos nossos compatriotas a resolução irreduzível em que nos mantemos de nos governar por nós mesmos e de reacender as energias com que temos contribuído para a construção e prosperidade da Pátria. São Paulo, 16 de fevereiro de 1932. (a) Francisco Morato, Antônio Pádua Sales, Rodolfo Miranda, Sílvio de Campos, A. P. de Aguiar Whitaker, Arnolfo Azevedo, Manuel Pedro Vilaboim, Ataliba Leonel, Altino Arantes, J. J. Cardoso de Melo Neto, Henrique de Souza Queiroz, Paulo de Moraes Barros, José Adriano Marrey Júnior, Joaquim A. Sampaio Vidal, Francisco Mesquita, Henrique Bayma, Manfredo Antônio da Costa, Joaquim Celidônio Filho, Vicente Rao, Henrique Neves Lefevre, Aureliano Leite, Paulo Ribeiro da Luz, Edmundo Borges Carneiro, Plínio de Queiroz, Antônio Soares Lara, Elias Machado de Almeida, Fábio de Camargo Aranha, Agostinho Rizzo, Vicente Pinheiro, Prudente de Moraes Neto, Cesário Coimbra, Manuel Ubaldino de Azevedo, A. C. de Abreu Sodré, Waldemar Ferreira, Orozimbo Loureiro, Antonio E. Feliciano da Silva, Paulo Nogueira Filho.

*

A ECLOSÃO DO MOVIMENTO

O movimento que se desencadeou na noite de 9 para 10 deste mês e dominou incontinenti o Estado de São Paulo, na mais perfeita harmonia e solidariedade de civis e militares, sem lutas nem vozes discrepantes, não tem outros intuitos senão reintegrar o país na ordem legal e restituir aos brasileiros o gozo dos direitos e franquias que são o apanágio de nossa civilização.

Como a ditadura se tenha incompatibilizado com esses ideais, quebrando os compromissos da Aliança Liberal e exercitando uma política indigna de um povo culto, que se desenvolve e prospera sob a cúpula da democracia constitucional representativa, cumpre reduzi-la e removê-la do posto em que pretende perpetuar-se e sobrepor seus próprios cômodos às aspirações da Nação.

Pelo que, o povo, a guarnição federal e a Força Pública de São Paulo, fraternizados com os civis e militares de Mato Grosso e em estreita

cooperação com as correntes políticas e milícias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros Estados, pedem se tranquilizem seus compatriotas e anuncia-lhes que o movimento há de generalizar-se e prosseguir vitorioso, com o duplo e fundamental intento de entregar o Governo Federal a uma Junta, que, dentro do prazo estritamente indispensável para o preparo e funcionamento da assembléia constituinte, leve o país ao regime constitucional, e de pôr em vigor imediatamente a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, salvo nos tópicos atinentes ao poder legislativo e em outros inconciliáveis com as necessárias prerrogativas do poder supremo, na situação efêmera em que nos achamos.

A Junta Governativa Nacional compor-se-á de cinco membros — um do Rio Grande do Sul, um de São Paulo, um de Minas Gerais, um do Distrito Federal e um do Norte — e elegerá dentre eles um para seu presidente.

Tudo pela união, felicidade e grandeza do Brasil.

São Paulo, 12, VII, 1932. (a) Pedro de Toledo, Gen. Izidoro Dias Lopes, Gen. Klinger, Francisco Morato, A. de Padua Salles.

*

PRIMEIRO EDITORIAL DE "O ESTADO DE S. PAULO" SOBRE A REVOLUÇÃO"

A aliança patriótica que o Rio Grande e São Paulo firmaram, e a que aderiram forças políticas de Minas Gerais, de Mato Grosso e de outros Estados do Brasil, produziu, com o movimento de anteontem, o seu primeiro fruto. O povo, os políticos, a Força Pública e as tropas do Exército aquarteladas no território paulista desfraldaram em pleno campo de batalha, com a resolução inabalável de fazê-la triunfante, ou perecer, a bandeira da constitucionalização. Todos os recursos da dialética foram gastos inutilmente com a ditadura para convencê-la da necessidade de mudar a orientação da sua política e de apressar a marcha do País para o regime da lei. As Frentes Únicas não desejavam a luta armada. Elas bem sabiam o que há de perigoso nos apelos à força. Mas por maior que seja o amor à paz um instante chega em que ou a gente renuncia a esse amor ou, então, sucumbe na ignomínia. Foi a ditadura que colocou o Rio Grande, São Paulo, Minas, Mato Grosso, o povo e grande parte do Exército Nacional, a parte onde se não extinguiu nem obliterou o sentimento da disciplina, na dura contingência de recorrer, para salvar a sua terra da anarquia ou do despotismo militar, ao remédio supremo da luta armada. Para que São Paulo pudesse conseguir um governo que lhe não magoasse os melindres teve que sair à rua, numa explosão de cólera, e impor a sua vontade à ditadura. Para que o Bra-

sil visse satisfeitas as suas aspirações no sentido de se restaurar o regime da lei, foi obrigado, agora, em explosão análoga, a saltar para o campo de armas em punho. Não houve o que abrisse os olhos à ditadura e o que lhe derramasse luz no espírito. Por isso, o sangue que correr, cairá somente sobre a sua cabeça. O povo e as tropas que se levantaram não se arrojaram ao combate para aniquilar indivíduos, mas na defesa legítima do direito de viverem sob um regime de justiça e liberdade.

O movimento armado em prol da Constituição não pode falhar. Não falhará. Além de ser a expressão irresistível de um largo e profundo sentimento coletivo, além de ser a deflagração estrondosa de tremendas correntes idealistas, ele tem por si o heroísmo cavalheiresco do rio-grandense, a tenacidade inquebrantável do mineiro, a fria resistência do paulista e o entusiasmo avassalador de todos os brasileiros, que não compreendem a vida sob os ferros do cativo.

Manda a justiça que, na hora dramática em que se jogam de novo e definitivamente os destinos da democracia brasileira, se reconheça ao Rio Grande do Sul, mais uma vez, a iniciativa da campanha nacional contra a duração indeterminada do regime ditatorial. Do sul, ainda uma vez subiu para o Norte o estímulo para a reação civil e o convite para uma nova cruzada nacional em prol da liberdade e do direito. Honra se faça, também, aos partidos paulistas que, recalando ressentimentos antigos e passando uma esponja sobre o passado, se uniram lealmente, em estreita e poderosa aliança, para acudir ao tratado rio-grandense e, ombro a ombro com os nobres irmãos do Sul, caminharem na defesa dos direitos fundamentais da Nação para a vitória ou para a morte.

Para a frente, brasileiros ! Passou a hora das negociações e das transigências. Ou a lei se restaura no Brasil, ou devemos todos sucumbir. É uma partida de vida e de morte que se trava. Não desanimemos. Não recuemos diante de obstáculo algum. Afastemos do nosso espírito tudo quanto possa enfraquecê-lo ou enublá-lo. Convençamo-nos de que nos cumpre, nesta hora decisiva, doar o nosso sangue à Pátria para que ela se salve da opressão, do desmembramento e da ruína. Desertemos a vida mas não desertemos os postos que, na linha de fogo, o destino nos reservar. Na morte ou na vitória, encontraremos o descanso e a paz por que, há quase dois anos, vimos suspirando. E somente numa ou noutra é que poderemos encontrá-los.

*

A REVOLUÇÃO PAULISTA VISTA POR JOÃO NEVES DA FONTOURA

(de uma carta a Borges de Medeiros em 20 de julho)

(...) Inspirado no desejo de ser evitada a luta armada, ideei o Ministério de concentração e, durante um mês, bati-me pela vitória daquela fórmula salvadora. Não a aceitou o não senso do ditador, caprichoso, pessoal, cheio de rancores pequeninos. Eu preferia que o Dr. Getúlio Vargas

fosse um tirano. Perdão mais os violentos que os astutos. Mas o nosso ditador é um homem gelado, calculista, escorregadio. Não ataca, desliza. Não enfrenta, corrompe. Não congrega, divide. Está firmemente resolvido a governar quatro anos nesta deliciosa república Mme. Sans-Gêne. Cercou-se de um grupo de exaltados que, por seu turno, querem prolongar-se nas posições. Desbaratou o poder civil. Desmoralizou o Exército. Aniquilou o sentimento local. Amesquinhou a Justiça. Instituiu o regime da delação. Oficializou a vigância contra os que o ajudaram a subir. Esqueceu os compromissos. O equilíbrio orçamentário é uma mentira torpe. O câmbio é uma ficção. A solução do problema do café está errada. O favoritismo é uma instituição. A negociata é a regra. Enfim, a República Nova, com dois anos de idade incompletos, é mais corrupta do que foi a Velha, em mais de quarenta e um.

(...) Vitoriosa a revolução de outubro, a conduta da ditadura, saída do Rio Grande, feita principalmente pelo Rio Grande e por ele sustentada, era o oposto dos motivos determinantes da campanha liberal. Com as atitudes do governo provisório, o Rio Grande marchava de costas para o alvo que tinha em mira, quando aceitou a candidatura Getúlio Vargas e, posteriormente, o desfecho armado. Impossível seria, assim, que eu aprovasse a série de desatinos cometidos à sombra do nosso bom nome. Insurgi-me, desde logo, contra a ocupação militar de São Paulo. Chamei a sua atenção para os riscos da sinistra empreitada.

(...) Chegada, ou melhor, antecipada a hora do arranque, São Paulo todo, num movimento impressionante, ergueu-se como um só homem — o povo, o Exército, a Força Pública, as classes, homens e mulheres — e o Rio Grande não se limita a hesitar. Pela voz de seu governante, joga-se ao lado da ditadura para atacar São Paulo. Se não estou delirando, este é o *finis* do Rio Grande. Onde está a sua honra coletiva? Onde paira o seu cavalheirismo? O que é feito de nossa proverbial lealdade? Soldados do Rio Grande — da Brigada Militar —, apunhalar São Paulo pelas costas é mais do que ignomínia. É uma estupidez que há de acompanhar por um século a crônica da nossa indignidade. E para quê, Santo Deus? Para sustentar um governo impopular, inepto e insensato, que nos tem humilhado ao último ponto. Por muito que os jornais amordaçados pela censura expliquem que aí vem o regimento A ou o batalhão B da nossa velha milícia estadual, eu não acredito que assim seja. Ou então, quando aí voltar, encontrarei uma gente que eu desconheço. Vou encontrar-me com antípodas dos que aí deixei há dois meses?

Não, meu caro chefe, não é possível apodrecerem os braços da nobreza gaúcha na imundície desse charco. Eu não me renderei à evidência dessa torpeza. Lutarei até o fim. Daqui estou escrevendo, aliciando, concitando. Ajudado por bons amigos, tudo estou envidando para ganhar o território paulista e incorporar-me às hostes bandeirantes. Prefiro morrer com

elas a viver, se o Rio Grande sair degradado. Tachei a atitude de estúpida e com razão. Aqui ao meu refúgio chegam todos os dias ecos da indignação pública, contra a nossa gente. Somos acusados de traidores. Vencedora a ditadura, ela prolongará os seus dias indefinidamente. Todo o Brasil atribuir-nos-á a culpa do insucesso. Ficaremos mal com o rei e incompatibilizado com a Nação. Que restará de nós, quando os caprichos e os interesses estiverem saciados, a expensas da nossa dignidade ? Nada. Um burgo podre. Uma récuca de ovelhas apascentadas pela audácia do primeiro lobo que encontrarmos no caminho. Imagine o furor do povo paulista contra nós !

(...) Se o Rio Grande acabar na cauda da ditadura, a ditadura das mentiras, embustes, mistificações e felonias, a ditadura inerte e inapta, que dividiu os brasileiros, traiu os amigos, então é melhor que o Brasil acabe de vez. Pelo Rio Grande tudo tenho sacrificado e ainda agora esforço-me para chegar a São Paulo a fim de ali, com a minha presença, resgatar a palavra empenhada pelos nossos partidos. Fui o último que entrou no movimento. Espero ser dos últimos a sair dele”.

*

A REVOLUÇÃO PAULISTA VISTA POR OSWALDO ARANHA

(de uma carta a Borges de Medeiros)

(...) A situação criada em São Paulo não pode ser atribuída ao governo. Estava eu em pleno e leal entendimento com os Drs. Morato e Neves quando o general Klinger, dirigindo um ofício insultuoso ao Ministro da Guerra, foi reformado. Este, através de amigos, fez o movimento em São Paulo, arrastando os elementos populares, há muito trabalhados, para a desordem. Este movimento, que está tendo a reprovação geral do País, nasceu da indisciplina e sedição de alguns militares. Não podia ter outra causa. São Paulo foi atendido em seus interesses materiais no caso do café e dos demais, ao ponto de manifestarem os paulistas, através do Dr. Morato, que São Paulo tinha como seu candidato para ministro da Fazenda o atual, que correspondia às aspirações paulistas. Politicamente, se houve erros, que os reconheço, foram entretanto atendidos todos os seus anelos. Os paulistas escolheram seu governo, e o representante do governo, Dr. Pedro de Toledo, é hoje o governador do Estado, proclamado pela sedição. O governo foi ao extremo de entregar todos os cargos, até os militares, à Frente Única paulista. Nada havia, assim, que justificasse uma insurreição.

O movimento que explodiu em São Paulo não é nem pode ser aquele ao qual o Rio Grande se sentia ligado por compromissos morais e políticos. A explosão de rebeldia de São Paulo é uma sedição de militares e uma contra-revolução de civis. Pelos atos, pelos meios, pelos fins, é obra de

reacionarismo e visa a restabelecer o predomínio paulista e o da velha política contra a qual nos levantamos em outubro. Todo o País, sem discrepâncias, com decisão, não quer esse retorno ao passado e está disposto a combater o movimento paulista. Qual a razão desse movimento ? A autonomia de São Paulo ? Não é possível, nem isso é invocado em suas proclamações. São Paulo teve tudo quanto quis. E, depois de ter governo, insurgiu-se contra esse governo. Terá autoridade e possibilidade de êxito uma traição dessa natureza ? Poderá o Rio Grande dar sua solidariedade a uma tal felonía ? Qual, pois, o motivo da rebeldia ? A Constituição ? No dia do movimento foi publicado o decreto nomeando a comissão para elaborá-la. E não é só. O Dr. Morato, que aqui estivera dias antes, aceitou a sua indicação para membro dessa comissão e, em carta em meu poder, declarava que, dentro de uma semana, festejaríamos o entendimento geral. Retardou o governo a constitucionalização ? Não tenho dúvidas. Mas, depois de publicada a lei eleitoral, nada se poderia articular contra sua decisão de cumprir o decreto de fixação da data para as eleições. Ainda hoje esta é a sua decisão, que nada fará modificar. Qual, pois, a causa deste crime contra a paz, contra a vida econômica do Brasil ? Um simples incidente militar provocado de forma insólida pelo general Klinger com o ministro da Guerra. Qual a solidariedade do Rio Grande do Sul com esse incidente ? Com esse general ? São Paulo resolveu ser solidário ? Não, inicialmente. Dr. Morato telegrafou contra essa atitude. Sei, Neves teve igual conduta. Como, então, se verificou a explosão revolucionária ? General Isidoro, coronel Figueiredo e outros militares deram, invocando o nome e a falsa solidariedade do general Góes, um golpe de mão na guarnição federal de São Paulo, arrastando todos os demais. O Dr. Pedro de Toledo, pelas doze e meia da noite, interpellado por mim pelo telefone direto do Guanabara aos Campos Elíseos, declarou-me que o movimento parecia ser contra o seu governo e que não dera ordem à polícia para sair dos quartéis com receio que aderisse. Ao outro dia aceitou o posto de governador de São Paulo ! Será que tanta felonía e insensatez tenha a sua aprovação ? Afirmo-lhe, sob minha honra, que o País inteiro condena esse movimento, sem causas justificadas, nascido da traição civil e da ambição militar. A vitória desse movimento seria a perda do Rio Grande do Sul e do Brasil. Sinto-me no dever de prestar-lhe esses esclarecimentos com a franqueza, com a lealdade e com o afeto e o respeito de sempre”.

*

A REVOLUÇÃO VISTA POR ARTUR BERNARDES

(...) Convencido estou de que, se quisermos retomar o ritmo de nossa atividade econômica, a volta do País à ordem jurídica deve constituir o nosso principal objetivo. A falta de Constituição tem sido e será o

mais importante fator da agravação da crise e da sua longa duração. Vivêssemos já sob o regime constitucional, e não estaríamos assistindo ao espetáculo doloroso da guerra civil. Que motivos serão estes que retardam o advento da Constituição ? Se não há outras razões ocultas, que não possam vir a público, as invocadas até agora pela ditadura são de improcedência manifesta e não resistem a um debate sério.

A Revolução de 89, que proclamou a República, teve dificuldades maiores a vencer, com a profunda transformação da ordem institucional e substituição de um regime político por outro, que se lhe opunha de modo radical. Entretanto, os monarquistas, que haviam decaído, não puderam obstar a que, em um ano e três meses, os republicanos restaurassem no País a ordem constitucional: proclamada a nova forma de governo a 15 de novembro daquele ano, era a Constituição promulgada a 24 de fevereiro de 91. Hoje, decorridos cerca de dois anos, e apesar dos clamores da opinião pública, ainda se monta o complicado aparelho de que há de sair o futuro eleitorado nacional. Esse descaso pela opinião pública e a tardança em converter o País ao regime normal é que tem inquietado o espírito do povo e o faz temer pela sorte das liberdades e pela dos próprios Estados da Federação. São Paulo tem sido duramente tratado pela ditadura, se é que não tem sido por ela injustiçado. Nem se diga dos paulistas que hajam contrariado a nova ordem de coisas criada pela revolução, porque uns se resignaram com a situação de vencidos e os outros eram adeptos da situação vencedora, tendo batalhado pela **Aliança Liberal**. É notório que seus mais graduados representantes se cansaram de procurar junto à ditadura uma fórmula conciliadora dos interesses recíprocos.

São Paulo é um Estado que honra a Federação. É o pioneiro do progresso pátrio. Pela política construtora que instituiu e pela aplicação de seu povo ao trabalho e à produção, ele criou uma riqueza imensa no Brasil e para o Brasil. É o Estado que mais contribui para as despesas da União: é o maior contribuinte da receita dos nossos orçamentos; sua organização modelar tem servido de paradigma para os outros Estados, que ali mandam estudá-la e copiá-la sem nenhum desdouro e, antes, com vantagem manifesta. Não só, porém, por sua grandeza material ou por sua riqueza, aquele nobre povo se impõe à consideração nacional; ele merece ainda o nosso apreço pelo nível de sua cultura intelectual que, por si, ilustra uma nação. São Paulo está indissolúvelmente ligado às glórias do Brasil. É notório ter sido o desespero o que arrastou São Paulo a tomar armas. Não lhe assistirá, porventura, o direito de opinar sobre os destinos do Brasil ? Quando pretenderam negar-lhe esse direito, e procuraram tirá-lo também aos restantes Estados da Federação, São Paulo pegou em armas e se pôs de pé pelo Brasil. Por que não o acompanhamos ? Quanto a mim, fico com São Paulo, porque para São Paulo se transportou a alma cívica do Brasil.